

O ANTI-INTELLECTUALISMO ALEMÃO E A DESTRUIÇÃO DA AUTONOMIA EPISTÊMICA NO TERCEIRO REICH

GERMAN ANTI-INTELLECTUALISM AND THE DESTRUCTION OF EPISTEMIC AUTONOMY IN THE THIRD REICH

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.069-016>

Leandro Gilson de Oliveira

Filiação institucional: SEE - MG

E-mail: leandro.gilson@educacao.mg.gov.br

Resumo

O presente artigo analisa o anti-intelectualismo alemão no contexto do Terceiro Reich, compreendendo-o como um fenômeno estrutural vinculado à reorganização das condições de produção e validação do conhecimento sob a lógica do poder político. Parte-se da hipótese de que o nacional-socialismo não promoveu a rejeição da ciência, mas sua captura e reconfiguração ideológica, subordinando-a aos interesses do Estado e à autoridade do Führer. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica, orientada por uma abordagem hermenêutico-crítica e fundamentada em autores como Evans, Kershaw, Proctor, Arendt, Bauman e Koonz. Os resultados indicam que o anti-intelectualismo nazista operou por meio de três eixos principais: (i) a destruição institucional da autonomia acadêmica, com o expurgo de intelectuais e a reorganização das universidades sob a lógica da *Gleichschaltung*; (ii) a instrumentalização da ciência como mecanismo de legitimação das políticas raciais e de exclusão; e (iii) a personalização da verdade na figura de Adolf Hitler, que redefiniu os critérios de validade do conhecimento. Conclui-se que a erosão da autonomia epistêmica constituiu uma condição fundamental para a consolidação do regime totalitário, evidenciando que o controle do saber não é apenas um instrumento de poder, mas um elemento estruturante da dominação autoritária.

Palavras-chave: Anti-intelectualismo; Ciência; Estado; Nazismo; Totalitarismo.

Abstract

This article analyzes German anti-intellectualism in the context of the Third Reich, understanding it as a structural phenomenon linked to the reorganization of the conditions of knowledge production and validation under the logic of political power. It is based on the hypothesis that National Socialism did not reject science, but rather captured and ideologically reconfigured it, subordinating it to state interests and the authority of the Führer. Methodologically, this is a qualitative, theoretical-bibliographic study grounded

in a hermeneutic-critical approach, drawing on authors such as Evans, Kershaw, Proctor, Arendt, Bauman, and Koonz. The findings indicate that Nazi anti-intellectualism operated through three main axes: (i) the institutional destruction of academic autonomy, including the purge of intellectuals and the reorganization of universities under the logic of Gleichschaltung; (ii) the instrumentalization of science as a mechanism to legitimize racial and exclusionary policies; and (iii) the personalization of truth in the figure of Adolf Hitler, redefining the criteria of knowledge validity. The study concludes that the erosion of epistemic autonomy was a fundamental condition for the consolidation of the totalitarian regime, demonstrating that the control of knowledge is not merely an instrument of power, but a structural element of authoritarian domination.

Keywords: Anti-intellectualism; Nazism; Science; State; Totalitarianism.

1 INTRODUÇÃO

O anti-intellectualismo constitui um fenômeno complexo e historicamente situado, tal processo revela que o anti-intellectualismo nazista não operou de forma periférica, mas como engrenagem central da refundação estatal. Em sua dimensão mais profunda, especialmente em contextos autoritários, o anti-intellectualismo configura-se como uma estratégia de poder voltada à reconfiguração das condições de produção, validação e circulação do saber. Trata-se, portanto, de um processo estrutural que incide diretamente sobre o campo epistêmico, redefinindo os critérios de verdade e subordinando o conhecimento às exigências políticas do Estado.

Nesse horizonte analítico, o caso alemão durante o Terceiro Reich apresenta-se como um dos exemplos mais emblemáticos da história contemporânea. A ascensão do nacional-socialismo, em 1933, não implicou apenas a perseguição de intelectuais críticos, mas a reorganização sistemática das instituições acadêmicas, científicas e culturais sob a lógica da Gleichschaltung, isto é, da coordenação forçada das estruturas sociais aos princípios ideológicos do regime. Como destacado no material analisado, “o nacional-socialismo não apenas desqualificou intelectuais críticos; ele reestruturou inteiramente o sistema universitário, científico e cultural alemão”. Tal processo revela que o anti-intellectualismo nazista não operou de forma periférica, mas como eixo estruturante da reorganização estatal.

A institucionalização desse movimento pode ser observada, de forma paradigmática, na promulgação da Lei para a Restauração do Serviço Público Profissional, em abril de 1933, que autorizou a demissão de professores judeus e opositores políticos. Em poucos meses, o campo acadêmico alemão foi profundamente alterado, evidenciando que a exclusão não era contingencial, mas parte integrante de um projeto político mais amplo. Como observa Fritzsche (2008, p. 41), “a revolução nazista permeou o cotidiano ao reorganizar instituições e redefinir o senso de pertencimento”, indicando que a transformação do campo intelectual estava inserida em uma reconfiguração global da sociedade.

Entretanto, diferentemente de uma leitura que associa o anti-intelectualismo à negação da ciência, o nazismo promoveu uma reconfiguração seletiva do saber. O regime não rejeitou a produção científica, mas a capturou e a reorganizou segundo critérios ideológicos, raciais e nacionalistas. Nesse contexto, emerge a noção de “ciência alemã” (*Deutsche Wissenschaft*), concebida como um saber alinhado ao nacionalismo *völkisch* e às premissas da biologia racial. Como destaca Koonz, “a ciência tornou-se um instrumento de política racial, legitimando a exclusão e o extermínio”(Koonz, 2003, p. 71). Assim, o conhecimento deixa de operar como instância crítica e passa a funcionar como tecnologia de poder.

Essa transformação do campo epistêmico encontra ressonância na análise de Hannah Arendt (1951), para quem os regimes totalitários se caracterizam pela dissolução da distinção entre fato e ficção, substituindo a verdade objetiva por construções ideológicas. No caso nazista, essa dinâmica se manifesta na personalização da verdade na figura do Führer. Conforme evidenciado, “a verdade não emergia de debates acadêmicos, mas da intuição do líder que encarnava o destino da nação”. Tal deslocamento da autoridade epistêmica representa uma ruptura radical com os fundamentos da racionalidade moderna, na qual o conhecimento é substituído pela crença e a crítica pela obediência.

O anti-intelectualismo nazista assumiu uma dimensão simbólica e cultural, expressa em práticas como a queima de livros, a censura artística e a marginalização de correntes intelectuais consideradas “degeneradas”. Esses eventos não devem ser interpretados apenas como atos de repressão, mas como parte de um projeto deliberado de reconfiguração do horizonte cultural da sociedade. Como indicado no material analisado, tratava-se de “um esforço de reconstrução da realidade sob parâmetros míticos”, evidenciando que o controle do conhecimento envolve também a disputa pelo sentido da realidade social.

Outro aspecto fundamental refere-se à relação ambivalente entre o regime e a intelectualidade. Longe de promover uma exclusão total dos intelectuais, o nazismo incorporou parcelas significativas do campo acadêmico, seja por adesão ideológica, oportunismo ou coerção. Como demonstram Proctor (1988) e Evans (2014), muitos cientistas adaptaram suas pesquisas às demandas do regime, evidenciando que o anti-intelectualismo autoritário pode operar por meio da subordinação estratégica do saber, e não apenas pela sua eliminação.

Diante desse quadro, torna-se evidente que o anti-intelectualismo no Terceiro *Reich* deve ser compreendido como um processo de destruição da autonomia epistêmica, no qual o conhecimento é subordinado à autoridade política e redefinido em função de objetivos ideológicos. Tal processo não apenas sustenta a consolidação do poder autoritário, mas também cria as condições para a legitimação de práticas de exclusão e violência em larga escala.

O presente artigo tem como objetivo analisar o anti-intelectualismo alemão como um fenômeno estrutural, articulando suas dimensões institucionais, simbólicas e epistemológicas. Busca-se demonstrar que a experiência nazista, ao evidenciar a centralidade do controle do conhecimento na arquitetura do poder

totalitário, oferece uma chave interpretativa fundamental para compreender as relações entre saber, verdade e poder em contextos de crise democrática e ascensão de regimes autoritários.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa insere-se no campo das ciências sociais interpretativas e adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-bibliográfica, orientada por um referencial hermenêutico-crítico. Parte-se do pressuposto de que o anti-intelectualismo, especialmente em contextos autoritários, não pode ser apreendido apenas por meio de indicadores empíricos isolados, mas exige uma análise das estruturas simbólicas, institucionais e epistemológicas que condicionam a produção e a legitimação do conhecimento. Nesse sentido, o método adotado privilegia a reconstrução analítica de processos históricos e a interpretação crítica de categorias teóricas.

O corpus da pesquisa é composto por obras clássicas e contemporâneas que tratam do nacional-socialismo, da teoria do totalitarismo e da sociologia do conhecimento, com destaque para autores como Richard J. Evans, Ian Kershaw, Robert Proctor, Hannah Arendt, Zygmunt Bauman, Claudia Koonz, Peter Fritzsche e Robert Gellately. A seleção dessas obras fundamenta-se em critérios de relevância acadêmica, e densidade analítica, sendo amplamente reconhecidas na literatura especializada sobre o Terceiro Reich e suas estruturas de poder.

Do ponto de vista metodológico, a investigação estrutura-se a partir de uma estratégia de triangulação teórico-interpretativa, articulando três dimensões analíticas interdependentes. Inicialmente refere-se à reconstrução histórica dos processos institucionais que marcaram a transformação das universidades, centros de pesquisa e organizações científicas alemãs após 1933. Em seguida, diz respeito à análise conceitual do anti-intelectualismo, compreendido não como negação do saber, mas como sua captura e reconfiguração sob a lógica do poder político. E seguidamente, a dimensão consiste na interpretação crítica das implicações epistemológicas desse processo, especialmente no que se refere à dissolução da autonomia científica e à redefinição dos critérios de verdade.

Nesse sentido, a metodologia incorpora a análise de evidências textuais provenientes do material empírico fornecido, articulando citações diretas e indiretas como forma de sustentar a argumentação. Conforme destacado no documento analisado, “o nacional-socialismo não apenas desqualificou intelectuais críticos; ele reestruturou inteiramente o sistema universitário, científico e cultural alemão”, evidenciando que o objeto de estudo exige uma abordagem que vá além da dimensão discursiva, alcançando a estrutura institucional do conhecimento. Tal constatação orienta a escolha de um método que privilegia a análise das transformações sistêmicas, e não apenas de manifestações retóricas.

A leitura das fontes é realizada de forma transversal e comparativa, evitando uma abordagem meramente descritiva ou cronológica. Em vez disso, busca-se identificar convergências teóricas entre os

autores analisados, especialmente no que se refere à relação entre conhecimento e poder. Por exemplo, a interpretação de Arendt (1951) sobre a dissolução da verdade nos regimes totalitários é articulada com a análise empírica de Kershaw (2010) acerca da centralidade da liderança carismática de Hitler, bem como com a leitura de Proctor (1988) sobre a instrumentalização da ciência. Essa articulação permite construir uma síntese interpretativa robusta, capaz de compreender o anti-intelectualismo como fenômeno estrutural.

Adicionalmente, a metodologia incorpora uma perspectiva crítica inspirada na tradição da teoria social, ao reconhecer que a produção de conhecimento não é neutra, mas situada em relações de poder. Nesse sentido, dialoga-se implicitamente com a tradição weberiana ao considerar a tensão entre racionalidade científica e dominação política, bem como com abordagens contemporâneas da sociologia do conhecimento que enfatizam a historicidade dos critérios de verdade.

Importa destacar que o uso de citações diretas, como a afirmação de que “a verdade não emergia de debates acadêmicos, mas da intuição do líder”, não tem apenas função ilustrativa, mas constitui parte integrante do procedimento analítico, na medida em que permite evidenciar empiricamente a substituição da autonomia epistêmica pela autoridade política. As citações indiretas, por sua vez, são mobilizadas para articular o debate teórico mais amplo, situando o caso alemão no contexto das discussões sobre totalitarismo, modernidade e ciência.

Por fim, reconhecem-se as limitações inerentes a uma pesquisa de natureza teórica, especialmente no que se refere à ausência de dados empíricos primários. No entanto, entende-se que essa abordagem é adequada ao objetivo do estudo, que consiste em analisar a estrutura do anti-intelectualismo como fenômeno histórico e conceitual. Assim, a metodologia adotada busca garantir rigor teórico, coerência analítica e profundidade interpretativa, contribuindo para a compreensão das relações entre conhecimento, poder e autoritarismo no contexto do Terceiro *Reich*.

3 RESULTADOS

A análise do material empírico e da literatura especializada evidencia que o anti-intelectualismo no Terceiro Reich não se configurou como mera rejeição do saber, mas como um processo estruturado de reconfiguração do campo epistêmico, no qual a produção de conhecimento foi progressivamente subordinada à autoridade política. Os resultados indicam que esse fenômeno operou de forma articulada em diferentes níveis — institucional, simbólico e epistemológico —, constituindo uma engrenagem central na consolidação do regime nazista.

Inicialmente, observa-se que o anti-intelectualismo nazista se materializou por meio do expurgo sistemático de intelectuais considerados indesejáveis. A promulgação da Lei para a Restauração do Serviço Público Profissional, em abril de 1933, marcou o início de um processo de exclusão institucional que atingiu professores judeus, marxistas e opositores políticos. Como destacado no material analisado, “em poucos

meses, centenas de docentes foram afastados”, evidenciando a rapidez e a profundidade da intervenção estatal no campo acadêmico. Tal movimento confirma a interpretação de Fritzsche (2008), segundo a qual a revolução nazista implicou uma reconfiguração abrangente das instituições e dos critérios de pertencimento social.

Paralelamente ao expurgo, os resultados indicam a implementação de uma ampla reestruturação institucional das universidades, orientada pela lógica da *Gleichschaltung*. Nesse processo, as instituições de ensino superior foram reorganizadas para se adequarem aos princípios do nacional-socialismo, com a reformulação de currículos, a redefinição de prioridades de pesquisa e a imposição de critérios ideológicos para a ocupação de cargos acadêmicos. Conforme explicitado, “o nacional-socialismo [...] reestruturou inteiramente o sistema universitário, científico e cultural alemão”, indicando que o anti-intelectualismo operou como política de Estado e não como fenômeno marginal.

Outro resultado central refere-se à instrumentalização da ciência como mecanismo de legitimação das políticas do regime. A promoção da chamada “ciência alemã” (*Deutsche Wissenschaft*) implicou a substituição de critérios universais de validação por parâmetros raciais e ideológicos. Nesse contexto, disciplinas como a biologia racial (*Rassenkunde*) e a eugenia foram institucionalizadas, sendo mobilizadas para fundamentar juridicamente práticas de exclusão, como as Leis de Nuremberg. Conforme destaca Koonz (2003), a ciência foi convertida em instrumento de política racial, corroborando a evidência empírica de que “a biologia racial e a eugenia foram institucionalizadas como fundamentos da política de Estado”.

Adicionalmente, os resultados evidenciam a centralidade da dimensão simbólica do anti-intelectualismo, particularmente no que se refere à destruição cultural. A queima de livros em maio de 1933 constitui um exemplo emblemático desse processo, no qual obras de autores judeus, marxistas e liberais foram publicamente destruídas. Tal prática não deve ser interpretada apenas como censura, mas como parte de um projeto mais amplo de reconfiguração do campo cultural. Como indicado, tratava-se de “um esforço de reconstrução da realidade sob parâmetros míticos”, evidenciando a tentativa de substituir a pluralidade intelectual por uma cosmovisão ideologicamente homogênea.

Outro aspecto relevante identificado nos resultados é a personalização da verdade na figura de Adolf Hitler. A análise revela que o regime promoveu uma ruptura com os fundamentos da racionalidade científica ao deslocar a autoridade epistêmica da comunidade acadêmica para a liderança política. Nesse sentido, “a verdade não emergia de debates acadêmicos, mas da intuição do líder que encarnava o destino da nação”. Essa dinâmica confirma a interpretação de Arendt (1951), segundo a qual o totalitarismo dissolve a distinção entre fato e ideologia, substituindo o conhecimento crítico por narrativas politicamente determinadas.

Os resultados indicam que o anti-intelectualismo nazista não implicou a exclusão total da intelectualidade, mas sua incorporação subordinada. Conforme evidenciado, “muitos cientistas e

acadêmicos colaboraram com o regime, seja por convicção ideológica, oportunismo ou coerção” . Essa constatação reforça a análise de Proctor (1988) e Evans (2014), ao demonstrar que o regime foi capaz de mobilizar o campo científico em seu favor, transformando-o em instrumento de legitimação e operacionalização de suas políticas.

A análise comparativa sugere que o anti-intelectualismo nazista apresentou um grau elevado de institucionalização em relação a outros regimes autoritários. Enquanto experiências como o fascismo italiano enfatizaram a mobilização simbólica, o caso alemão se distinguiu pela profundidade de sua engenharia institucional, evidenciada na reorganização sistemática das universidades, na redefinição dos critérios científicos e na integração entre conhecimento e poder estatal.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa indicam que o anti-intelectualismo no Terceiro *Reich* deve ser compreendido como um processo estruturado de destruição da autonomia epistêmica, no qual o conhecimento é simultaneamente reprimido, reconfigurado e instrumentalizado. Tal processo evidencia que a erosão das instituições intelectuais não constitui um efeito colateral do autoritarismo, mas uma condição central para sua consolidação e funcionamento.

4 DISCUSSÃO

A interpretação dos resultados permite avançar para uma compreensão mais densa do anti-intelectualismo nazista como fenômeno estrutural, cuja centralidade reside na reorganização das condições de produção do conhecimento e na subordinação da verdade à autoridade política. Ao contrário de leituras que associam o anti-intelectualismo à ignorância ou à rejeição generalizada da ciência, o caso alemão evidencia uma dinâmica mais complexa, na qual o saber é simultaneamente reprimido, reconfigurado e instrumentalizado.

Sob essa ótica, a análise confirma que o nacional-socialismo não operou por meio da eliminação do campo intelectual, mas pela sua captura institucional. Conforme indicado no material analisado, “o nacional-socialismo não apenas desqualificou intelectuais críticos; ele reestruturou inteiramente o sistema universitário, científico e cultural alemão” . Essa constatação permite afirmar que o anti-intelectualismo nazista se distingue por sua dimensão organizacional, na qual a transformação das instituições acadêmicas constitui um elemento central do projeto político. Assim, a universidade deixa de ser espaço de produção autônoma de conhecimento e passa a funcionar como aparelho ideológico do Estado.

A discussão também evidencia que a substituição da autonomia epistêmica pela autoridade política representa um dos eixos fundamentais do anti-intelectualismo autoritário. A afirmação de que “a verdade não emergia de debates acadêmicos, mas da intuição do líder” sintetiza essa ruptura com os fundamentos da racionalidade moderna. Tal dinâmica dialoga diretamente com a análise de Hannah Arendt (1951), segundo a qual o totalitarismo se caracteriza pela dissolução da distinção entre fato e ficção, bem como

pela subordinação do conhecimento à ideologia. No caso nazista, essa dissolução assume a forma de uma personalização da verdade, na qual o Führer se torna a instância última de validação do real.

Ademais, a instrumentalização da ciência como mecanismo de legitimação das políticas de exclusão revela uma dimensão particularmente relevante do fenômeno. A promoção da chamada “ciência alemã” e a institucionalização da biologia racial indicam que o regime não rejeitou a racionalidade científica, mas a reconfigurou segundo critérios ideológicos. Como destaca Koonz (2003), a ciência foi mobilizada para legitimar práticas de exclusão e extermínio, corroborando a evidência empírica de que o conhecimento passou a operar como instrumento direto da política racial do Estado. Nesse sentido, o anti-intelectualismo não implica a negação da ciência, mas sua transformação em tecnologia de poder.

Outro elemento central que emerge da discussão refere-se à dimensão simbólica do anti-intelectualismo, particularmente no que diz respeito à destruição cultural. A queima de livros e a censura artística não devem ser interpretadas apenas como práticas repressivas, mas como parte de um projeto de reconfiguração do horizonte simbólico da sociedade. Ao eliminar obras consideradas “degeneradas”, o regime buscou impor uma narrativa única, substituindo a pluralidade intelectual por uma cosmovisão homogênea. Como indicado, tratava-se de “um esforço de reconstrução da realidade sob parâmetros míticos”, evidenciando a centralidade da cultura na consolidação do poder totalitário.

A análise também permite problematizar a relação entre intelectualidade e autoritarismo, ao evidenciar que o anti-intelectualismo nazista não implicou a exclusão total dos intelectuais, mas sua incorporação subordinada. A constatação de que “muitos cientistas e acadêmicos colaboraram com o regime” reforça a interpretação de Proctor (1988) e Evans (2014), segundo a qual o campo científico pode ser cooptado e integrado a projetos autoritários. Essa dinâmica revela que o anti-intelectualismo pode operar não apenas pela marginalização, mas também pela instrumentalização da intelectualidade, transformando-a em agente de legitimação do poder.

Do ponto de vista comparativo, a discussão sugere que o caso alemão apresenta um grau elevado de institucionalização do anti-intelectualismo em relação a outros regimes autoritários. Enquanto o fascismo italiano privilegiou formas de mobilização simbólica e retórica, o nazismo promoveu uma transformação estrutural mais profunda, baseada na exclusão racial e na reconfiguração jurídica das instituições acadêmicas. Essa diferença indica que o anti-intelectualismo pode assumir formas distintas, variando em intensidade e método, mas mantendo como núcleo comum a subordinação do conhecimento ao poder político.

Em suma, a discussão permite afirmar que o anti-intelectualismo nazista constitui uma dimensão central da lógica totalitária, na medida em que a destruição da autonomia epistêmica cria as condições para a implementação de políticas de violência em larga escala. Como argumenta Bauman (1998), o Holocausto não foi um desvio da modernidade, mas uma de suas possibilidades, evidenciando como a racionalidade

instrumental pode ser mobilizada para fins destrutivos. Nesse contexto, a erosão das instituições intelectuais não apenas acompanha, mas antecede e sustenta a violência estatal.

Portanto, a análise realizada aponta que o anti-intelectualismo no Terceiro *Reich* deve ser compreendido como um processo estruturado de reorganização do campo do saber, no qual a ciência, a cultura e a educação são integradas a um projeto político totalizante. Essa compreensão permite não apenas aprofundar a análise histórica do nazismo, mas também oferecer subsídios teóricos para a reflexão sobre as relações entre conhecimento, poder e autoritarismo em contextos contemporâneos.

5 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite afirmar que o anti-intelectualismo no Terceiro Reich não pode ser compreendido como mera rejeição do saber ou como expressão episódica de hostilidade às elites acadêmicas. Ao contrário, trata-se de um fenômeno estrutural, profundamente enraizado na lógica de funcionamento do regime nazista, cuja centralidade reside na reconfiguração das condições de produção, validação e circulação do conhecimento. Como evidenciado, “o nacional-socialismo [...] reestruturou inteiramente o sistema universitário, científico e cultural alemão”, indicando que a transformação do campo intelectual constituiu um elemento constitutivo — e não acessório — do projeto político totalitário.

Desse modo, a principal conclusão do estudo aponta que o anti-intelectualismo nazista operou por meio da destruição da autonomia epistêmica, substituindo critérios internos de validação científica por parâmetros políticos, raciais e ideológicos. A ciência, longe de ser abandonada, foi capturada e instrumentalizada, sendo convertida em mecanismo de legitimação das políticas de exclusão e violência. Como argumenta Koonz (2003), o conhecimento científico foi mobilizado para sustentar a política racial do regime, evidenciando que a racionalidade técnica pode ser incorporada a projetos autoritários quando desvinculada de princípios éticos e críticos.

Adicionalmente, a análise confirma que a personalização da verdade na figura do Führer representou uma ruptura radical com os fundamentos da racionalidade moderna. A constatação de que “a verdade não emergia de debates acadêmicos, mas da intuição do líder” sintetiza essa transformação, na qual a autoridade epistêmica é deslocada da comunidade científica para a liderança política. Essa dinâmica corrobora a interpretação de Arendt (1951), segundo a qual o totalitarismo se caracteriza pela dissolução da distinção entre fato e ideologia, criando um ambiente no qual a verdade se torna função do poder.

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão simbólica do anti-intelectualismo, expressa na destruição deliberada de tradições culturais divergentes. A queima de livros e a censura artística não apenas silenciam vozes dissidentes, mas buscaram reconstruir o horizonte cultural da sociedade alemã a partir de uma cosmovisão ideologicamente controlada. Como indicado no material analisado, tratava-se de “um

esforço de reconstrução da realidade sob parâmetros míticos” , evidenciando que o controle do conhecimento envolve também a disputa pelo sentido da realidade.

Ademais, o estudo demonstra que o anti-intelectualismo nazista não implicou a exclusão total da intelectualidade, mas sua incorporação subordinada. A participação de cientistas e acadêmicos no regime, seja por convicção, oportunismo ou coerção, revela que o campo intelectual pode ser cooptado e integrado a projetos autoritários. Essa constatação reforça a análise de Proctor (1988) e Evans (2014), ao indicar que o anti-intelectualismo pode operar tanto pela repressão quanto pela instrumentalização do saber.

Dessa forma, conclui-se que o caso alemão oferece uma evidência histórica contundente de que a erosão da autonomia epistêmica constitui uma condição fundamental para a consolidação de regimes totalitários. Ao subordinar o conhecimento à autoridade política e dissolver os critérios de validação científica, o nazismo criou as condições para a legitimação e implementação de políticas de violência em larga escala. Nesse sentido, o anti-intelectualismo não deve ser interpretado como fenômeno periférico, mas como elemento central na arquitetura do poder autoritário.

Em síntese, a experiência do Terceiro *Reich* configura-se como uma advertência histórica de grande relevância. Quando a produção de conhecimento deixa de ser regulada por critérios críticos e passa a depender da vontade política, a distinção entre ciência e propaganda se dissolve, comprometendo não apenas a integridade do campo intelectual, mas as próprias bases da vida democrática. Assim, a defesa da autonomia epistêmica e das instituições de produção de conhecimento revela-se condição indispensável para a preservação da racionalidade crítica, da pluralidade intelectual e dos princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no poder**. São Paulo: Planeta, 2014.
- FRITZSCHE, Peter. **Life and death in the Third Reich**. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- GELLATELY, Robert. **Backing Hitler: consent and coercion in Nazi Germany**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- KERSHAW, Ian. **Hitler: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- KOONZ, Claudia. **The Nazi conscience**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- MOSSE, George L. **The crisis of German ideology**. New York: Schocken Books, 1991.

PROCTOR, Robert. **Racial hygiene**: medicine under the Nazis. Cambridge: Harvard University Press, 1988.